

AMAZÔNIA EM CHAMAS!

O QUE FAZER?

Em 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Inpe divulgou dados relativos ao desmatamento na Amazônia Legal, que indicavam que no período de 31 de julho de 2001 a 1 de agosto de 2002, o desmatamento havia crescido 40% em relação ao ano anterior. A partir daí se constitui um plano de ação interministerial - o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) - para responder este desafio de forma estruturante. Neste contexto, a FASE, junto com um conjunto de organizações da região articuladas em torno da Fundação Viver, Produzir e Preservar/FVPP e da Prelazia do Xingu, assume a responsabilidade de construir um fundo de apoio a organizações locais, em resposta a um crime ambiental, ocorrido na região conhecida como Terra do Meio, no município de Altamira, no estado do Pará. Assim, nascia o Fundo Dema.

O Fundo Dema seguiu, nos seus 16 anos de existência, o rastro dos conflitos socioambientais na Floresta Amazônica Paraense, desdobrando a sua ação para as regiões da BR-163 e a região do Baixo Amazonas. Em 2011, aprovou proposta apresentada ao Fundo Amazônia e em seis anos apoiou 112 projetos de organizações comunitárias destas regiões pertencentes ao conjunto dos povos da floresta, sujeito e parceiros da ação do Fundo e considerados como elemento estruturante da manutenção do bioma Amazônia. Como resultado registra-se que foram plantadas 560.061 mudas de árvores de espécies florestais nativas e frutíferas; reflorestado 869 hectares de áreas degradadas, com recuperação de nascentes e beiras de rios, implantação de sistemas agroflorestais e manejo de espécies florestais nativas na Amazônia; beneficiadas 2.627 famílias e 5.448 pessoas diretamente, sendo 2.496 mulheres, de 33 municípios, representando 337 comunidades de agricultores familiares, de agroextrativistas, de quilombolas e de povos indígenas nas regiões do Oeste e Nordeste do estado do Pará¹.

Este resultado desdobrou-se na construção de uma nova parceria entre a FASE e o Fundo Amazônia, denominada de *Amazônia Agroecológica*, que toma como ponto de partida o “saber/fazer” dos povos da floresta², fortalecendo e ampliando a ação positiva desencadeada no projeto anterior. Este novo projeto, iniciada este ano, proporciona o reforço dos programas educativos da FASE na Amazônia (Mato Grosso e Pará), e possibilita o lançamento e execução de uma nova chamada pública de apoio a projetos comunitários pelo Fundo Dema. Mais de 150 organizações comunitárias de povos indígenas, quilombolas, mulheres, extrativistas e agricultores familiares, destas áreas em chamas, encaminharam propostas a esta chamada pública, o que demonstra a vitalidade desta iniciativa, viabilizada pela parceria com o Fundo Amazônia.

¹ Site do Fundo Dema 30-08-2019; relatório final Fundo Dema / Fundo Amazônia – 2017.

² A AMAZÔNIA É NOSSA. DE QUEM MESMO? Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor titular do Departamento de Geografia e coordenador do LEMTO/Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense/UFF.

Não por coincidência, é no município de Altamira que se encontra, hoje, uma das maiores concentrações de fogo que a Amazônia brasileira já conheceu em sua história. Somente em agosto de 2019 o município sofreu mais de 2.000 incêndios florestais (jornal Globo, 25/08/19) e registrou do início do ano até hoje um aumento de 188% (Brasil de Fato-INPE) deste tipo de ocorrências. A densa fumaça que faz os olhos arderem e o fogo intenso que destrói a biodiversidade para dar lugar a pastos para o gado ou para a monocultura de commodities, escondem a perda das terras, a destruição das culturas e da sobrevivência dos povos da floresta, sejam eles povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais extrativistas, agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária, que têm como centro da sua qualidade de vida a convivência orgânica com a floresta em toda sua rica biodiversidade. Apesar das queimadas ocorrerem todos os anos na época menos úmida do verão amazônico, as dimensões do fogo, desencadeado este ano, na floresta amazônica brasileira, evidenciaram, com incontestável clareza, uma ação deliberada em grande escala e com uso de muitos recursos, de um conjunto de grandes fazendeiros, madeireiros e garimpeiros sem ou com consentimento silencioso dos órgãos do governo, quase todos desativados ou em reestruturação (INCRA, ICMBIO e IBAMA). Esta ação vem sendo, há muito tempo, denunciada pelos movimentos sociais da região, mas ignorada pelas autoridades. Mas a pressão internacional tornou inevitável desnudar o conluio entre o legal e ilegal: descobriu-se que o dia 10 de agosto foi marcado como o “Dia do Fogo”, ação articulada com a pretensão de desmatar áreas de mais de 20.000 ha. Descobre-se combustível estocado nas fazendas, localizam-se filas quilométricas de caminhões pesados, com madeira de lei, ilegalmente extraída, além de numerosos garimpos clandestinos, focos de desmatamento e poluição.

A declaração da representante da CPT do município de Itaituba (PA), membro do Comitê Gestor do Fundo Dema, revela que:

“A Floresta ainda queima nos municípios de Trairão, Novo Progresso, Distrito de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra. Várias famílias de agricultores familiares, indígenas e assentados da reforma agrária tiveram seus lotes incendiados, por essa prática ilegal do dia do fogo. Muitos perderam suas plantações, pequenos animais e casas, colocando em risco sua segurança alimentar e nutricional, uma vez que muitos deles sobrevivem do autoconsumo e da comercialização de sua produção.” (28/08/2019)

As comunidades mais afetadas com o Dia do Fogo na região da BR 163 são:

- Município de Novo Progresso: Assentamento Terra Nossa, Comunidades Riozinho das Arraias, Alvorada da Amazônia, Nova Veneza;
- Distrito de Castelo dos Sonhos: PDS Brasília e Esperança;
- Unidades de Conservação: Parque Nacional do Jamaxim, Floresta Nacional/Flona Jamaxim e a Reserva Biológica da Serra do Cachimbo;
- Aldeias Indígenas: Aldeia Baú (75 km da vicinal do Paraná, possui 17 famílias), Aldeia Jabui, (175 km entrando em Castelo dos Sonhos, possui 6 famílias), Aldeia Kubenkokre (223 km entrando no Distrito de Castelo dos Sonho, possui mais de 180 famílias).

A presença da FASE na Amazônia estende-se ainda ao estado de Mato Grosso. Neste estado, o foco das queimadas encontra-se na região noroeste, principalmente no município de Colniza, relacionado diretamente com o conflito pela posse da terra, com a disputa do território. O desmatamento ampliou-se neste primeiro ano do governo Bolsonaro, como nos outros estados da Amazônia. Em Mato Grosso as queimadas se estendem para além da região amazônica, atingindo o cerrado. No Sudoeste as queimadas foram mais intensas nas serras onde há, ainda, vegetação nativa, adentrando pelas comunidades tradicionais. Já há relatos de perda de pastagens. Na vizinha Bolívia as queimadas estão intensas no bosque seco chiquitano, bioma correlato ao cerrado. O desmatamento para o plantio da soja pelo agronegócio brasileiro ocasionou o incêndio criminoso, em grandes proporções, queimando casas, animais, roçados em comunidades tradicionais.

Infelizmente hoje, além da ameaça pelo fogo, também o Fundo Amazônia, que na última década, tornou-se uma das principais políticas nacionais que articula com bastante eficiência a cooperação internacional na preservação da floresta, foi atingido pela força desarticuladora do novo governo brasileiro e tornou incerto o cumprimento dos contratos já estabelecidos. Além de paralisar a apreciação de novas propostas formuladas pelas forças vivas da região, isto pode significar a interrupção ou forte freio das iniciativas exitosas mencionadas.

Desse modo, as colunas de fumaça, poluindo toda a atmosfera da região amazônica, podem ser sinais da retomada e/ou intensificação do processo colonizador, vindo de fora, reduzindo a floresta a um simples empecilho que deve ser removido para servir a interesses do capital internacional, em completo desrespeito aos povos indígenas e tradicionais da floresta e do seu valor substantivo para a vida no planeta.

As iniciativas bem sucedidas da FASE e do Fundo Dema, mesmo que em pequena dimensão, tendo em vista as dimensões continentais da Amazônia, são um contraponto ao incêndio criminoso desencadeado e indicam a presença de forças vivas, construindo de modo positivo e sustentável, o intercâmbio de vida na sociobiodiversidade da floresta amazônica. Elas são somente um exemplo, o qual se articula com dezenas de outras iniciativas e organizações na região, num nível crescente. Estamos aqui falando da construção da *Frente de Resistência em Defesa dos Territórios*; da promoção de protocolos das consultas populares, com autodeterminação e com resguardo ao direito dos povos ao consentimento prévio, livre e informado; da Articulação Nacional de Agroecologia/ANA que, nos últimos anos, se expandiu fortemente na Amazônia, através das suas caravanas agroecológicas, da troca de saberes e sabores, de sementes crioulas, das feiras locais e da construção da plataforma agroecológica, articulando e estimulando o desdobramento da luta contra os agrotóxicos; e da construção permanente do Fórum Social Panamazônico, fomentando a recuperação da sabedoria ancestral, revitalizando os conceitos do Bem Viver e da Casa Comum e marcado pela resistência à destruição dos territórios amazônicos, na busca internacional incessante sobre os minérios. Mencionamos ainda o trabalho estratégico do grupo de trabalho “Novos Paradigmas”, promovido pela Associação Brasileira de ONG’s/ABONG, junto com ISER Assessoria, que articula

análises a partir das boas práticas existentes, elaborando e aprofundando reflexões sobre o Bem Viver do nosso tempo.

Chamamos a atenção aos esforços ecumênicos no plano local, nacional e internacional, para a evolução do pensamento religioso que supere o fundamentalismo e estimule o desenvolvimento do pensamento holístico na perspectiva de libertação e defesa da vida. O **Sínodo da Amazônia** convocado pela Igreja Católica Romana pode ser uma excelente oportunidade neste sentido, a partir da reflexão desenvolvida na carta encíclica **Laudato si** do Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum.

Os incêndios criminosos e a desarticulação dos órgãos governamentais podem desfazer toda esta dinâmica de fortalecer o bem viver na Amazônia em harmonia com sua biodiversidade. Para todos nós, porém, significam o desafio de resistir apagando o fogo, cobrando a punição real e efetiva dos crimes socioambientais, exigindo a recomposição da floresta e das comunidades e prosseguir a luta fortalecendo o nosso compromisso e nossa unidade em defesa da Amazônia, com ações, corações e mentes!

09 de setembro de 2019

Letícia Rangel Tura
Diretora Executiva Nacional FASE

Evanildo Barbosa
Diretor Executivo Nacional Adjunto FASE

Matheus Otterloo
Presidente Comitê Gestor Fundo Dema

Guilherme Carvalho
Coordenador Regional FASE Amazônia

Fátima Aparecida Moura
Coordenadora Regional FASE Mato Grosso